

## INTERESSADO: Ver. Valdeir do Caramujo - PRTB

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 101, de 03 de dezembro de 2021. "Cria o programa de desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), para geradores de Energia Fotovoltaica, e dá outras providências."

LIDO NA SESSÃO DE:	VOTAÇÃO EM 1º TURNO/ TURNO ÚNICO;	VOTAÇÃO EM 2º TURNO:	
Na Sessão de:  06   12   12021			
JSHAD			

PROCESSO N°	DATA DA ENTRADA   _		
DATA COMISSÕES	DATA COMISSÕES		

DATA COMISSÕES

Constituição, Justiça Trabalho e Redação

Economia, Finanças e Planejamento

Saúde, Higiene e Promoção Social

Educação, Desporto.



				APROVADO
PROTOCOLO	X	Projeto De Lei		AFROVADO
		Projeto De Decreto		
Em 03 / 12 / 2021		Legislativo		
Hrs_11:58		Projeto De Resolução	N°101/2021	Presidente da Câmara
SobN° 4921		Requerimento		
*		Indicação		REJEITADO
Ass.: Polian Sho		Moção		
1155		Emenda		Presidente da Câmara

Autor: Ver. Valdeir do Caramujo

Partido: PRTB

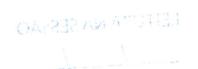
LEI N°. 101 DE 03 de dezembre DE 2021.

"Cria o programa de desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), para geradores de Energia Fotovoltaica, e dá outras providências."

Faço saber, em cumprimento ao artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, que o povo de Cáceres representado na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeita Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1° Propõe o desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os imóveis residenciais, comerciais e industriais, que possuem instalados e para novas instalações de sistemas fotovoltaicos, conectados à rede de energia.
- Art. 2° Os valores dos descontos no IPTU ficará a cargo da Prefeitura. E o periodo da contemplação dos desconctos poderá ser de 1 ano a 5 anos.
- Art. 3º "A contemplação, será admitido para pagamentos a vista sobre o" Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) e o proprietário não poderá ter dívidas com a prefeitura.
- Art. 4º Para receber os benefícios, os imóveis deverão gerar energia elétrica renovável por meio de células fotovoltaicas, e também consumir esta energia de forma cotidiana, reduzindo o consumo da energia elétrica tradicional. Os documentos necessários são os projetos técnicos assinados por profissionais da área de instalações da usina solar, nota fiscal do material instalado e identificação da produção da energia.
- Art. 5° 3% da energia produzida deverá ser autorizada pelo contribuinte ao longo de 10 anos, junto a concessionária, para serem repassado como bonificação para a Prefeitura Municipal de Cáceres. O Referido percentual dará a prefeitura resultados incalculáveis de







PROTOCOLO	X	Projeto De Lei			APROVADO
Em//		Projeto De Decreto Legislativo			
Hrs	Projeto De Resolução		N° /	,	Presidente da Câmara
SobN°	Requerimento			/	
_		Indicação			REJEITADO
Ass.:		Moção			
-		Emenda			Presidente da Câmara

valores provocando uma economia dos recursos públicos que deixarão de ser pagos a concessionária pela utilização de energia.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificativa:** Tal concessão dos descontos por determinado período, visa promover mais usinas de energia fotovoltaica, incentivar e fomentar o comércio local de energia renovável, gerando empregos e rendas, e trazer uma economia aos cofres públicos municipais através da produção da energia fotovoltaica produzida pelo participando do programa.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2021.

Ver. Valdeir do Caramujo – PRTB